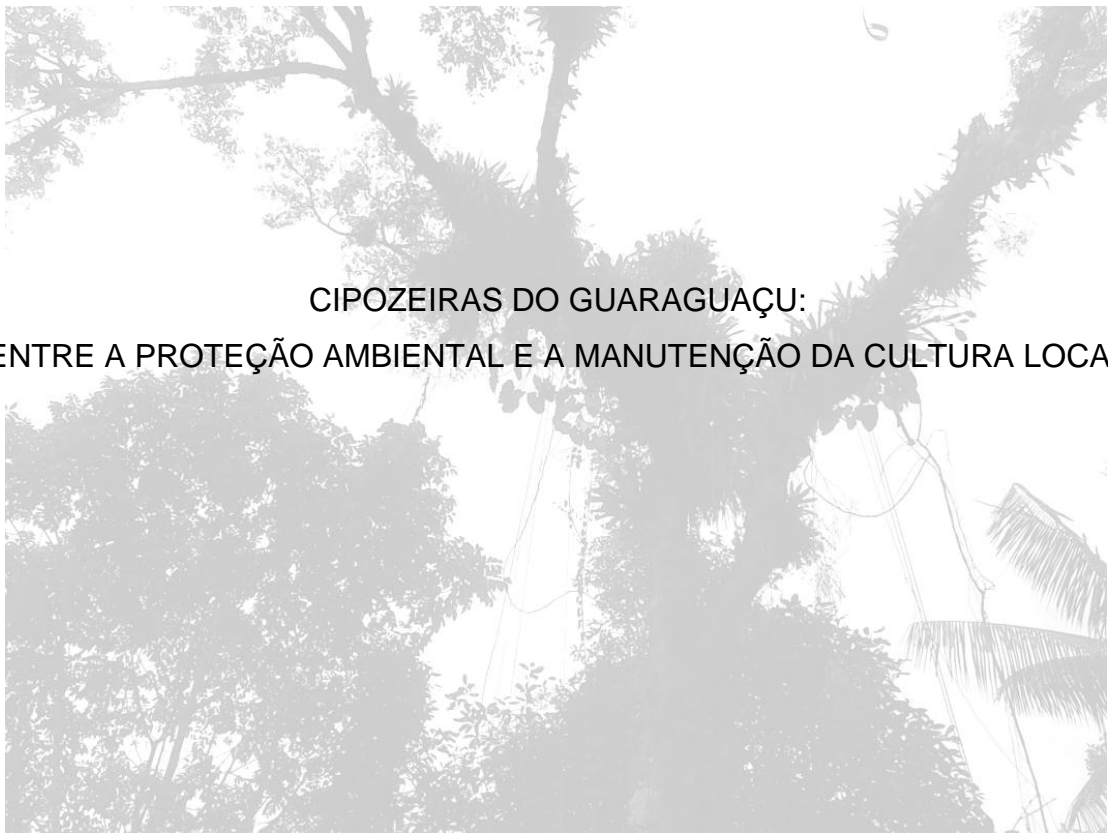


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

FRANCISCA MOURA KAMINSKI



CIPOZEIRAS DO GUARAGUAÇU:
ENTRE A PROTEÇÃO AMBIENTAL E A MANUTENÇÃO DA CULTURA LOCAL

MATINHOS

2012

FRANCISCA MOURA KAMINSKI

CIPOZEIRAS DO GUARAGUAÇU:
ENTRE A PROTEÇÃO AMBIENTAL E A MANUTENÇÃO DA CULTURA LOCAL

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

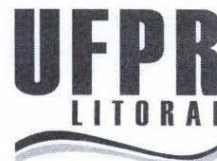
Orientadora: Prof.^a Rosilene Komarcheski

MATINHOS

2012



Ministério da Educação
 Universidade Federal do Paraná
 UFPR Litoral
 Curso de Especialização em Questão Social
 pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Mestre **ROSILENE KOMARCHESKI**, realizaram em 15/12/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **FRANCISCA DAS CHAGAS MOURA E SILVA KAMINSKI**, sob o título "*Cipozeiras do Guaraguaçu: Entre a proteção ambiental e a manutenção da cultura local.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 15 de dezembro de 2012.

Profª. MSc. Rosilene Komarcheski

Profª. MSc. Elizabete Sayuri Kushano

Prof. MSc. Marcos de Vasconcellos Gernet

FRANCISCA DAS CHAGAS MOURA E
 SILVA KAMINSKI
 Estudante

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
	AS = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



RESUMO

O presente trabalho visa resgatar a cultura do artesanato de cipó da comunidade do Guaraguaçu, levando em conta o histórico do local escolhido e as transformações sofridas com o passar do tempo. A comunidade inicialmente encontrava-se um pouco mais afastada do local onde se encontra hoje e foi obrigada a migrar para aquele local devido o crescimento do turismo e a abertura da estrada que liga o litoral e a capital. Por muito tempo desenvolveu a agricultura, o extrativismo e o comércio dando maior ênfase a este último devido a uma série de acontecimentos ocorridos após a criação de unidades de conservação ambiental, e consequentes restrições de uso do solo, área que corresponde a uma boa parte do Guaraguaçu. Muita riqueza cultural foi perdida com estes acontecimentos, inclusive práticas artesanais que eram feitas pelos moradores tradicionais, hoje quase extintas por questões ambientais. Entre eles encontra-se o artesanato de cipó, que, apesar de ser uma herança quase extinta, ainda muito presente na memória e no coração de alguns moradores, conforme relatado em entrevistas de campo realizadas por este estudo.

Palavras-chave: Guaraguaçu, artesanato, cultura, comunidade.

ABSTRACT

This paper proposes to recover the craft culture of the vine community Guaraguaçu, taking into account the history of the venue and the transformations over time. The community initially stood a few feet away from where you are today and was forced to migrate to that location because the growth of tourism and the opening of the road connecting the coast and the capital. Long developed agriculture, extraction and trade a greater emphasis on the latter due to a series of events occurring after the ban and legalization of environmental preservation areas which corresponds to a good space Guaraguaçu. Much wealth was lost with these cultural events, including craft practices that were done by traditional inhabitants, today almost lost for environmental. Among them is the vine crafts, heritage almost extinct in practice, however much this n memory and hearts of some residents, as reported in field interviews.

Keywords: Guaraguaçu, crafts, culture, community.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo resgatar a memória e levantar dados bibliográficos e documentais sobre a questão ambiental e cultural das cipozeiras e cipozeiros na comunidade do Guaraguaçu, localizada no município de Pontal do Paraná, litoral paranaense, enfatizando o resgate cultural do artesanato a partir do extrativismo do cipó.

A comunidade está situada à margem do Rio Guaraguaçu e, além da sua beleza cênica natural, ainda abriga em seu espaço dois importantes elementos históricos e culturais: o sítio arqueológico composto por Sambaquis e uma aldeia indígena guarani M'bya.

Além do cipó utilizado para confecções artesanais a comunidade ainda tinha como fonte de renda e subsistência a atividade agrícola, o cultivo de mandioca, abacaxi e a extração do palmito Jussara (*Euterpe edullis*), o que hoje não é mais possível, tendo em vista a dificuldade de conseguir autorização e liberação de licenças por parte dos órgãos ambientais.

O maior entrave que as artesãs da comunidade vêm sofrendo nos últimos tempos é a proibição do corte do cipó para a confecção do artesanato, este que é parte do legado cultural transmitido entre gerações na comunidade, dos mais velhos para os mais novos. Com isso, torna-se evidente a dificuldade ali existente de conciliar as dimensões cultural, social, econômica e ambiental para que a comunidade consiga inserir-se nos pressupostos do desenvolvimento sustentável e, assim, ser considerada adequada para a prática do ecoturismo, do turismo cultural, do turismo rural e do turismo de base comunitária, por exemplo, que podem se configurar como alternativa de desenvolvimento local sustentável.

O objetivo geral deste estudo é diagnosticar e dar visibilidade a problemáticas socioculturais que têm sido enfrentadas pelas cipozeiras e cipozeiros do Guaraguaçu nos últimos tempos. Nesse sentido, os objetivos específicos são os seguintes:

- Levantar dados bibliográficos e documentais sobre o tema;
- Realizar uma breve caracterização social, econômica, cultural e ambiental da comunidade do Guaraguaçu;

- Verificar junto à comunidade a situação atual em que se encontra o artesanato de cipó local, de modo a levantar as problemáticas socioculturais centrais que as cipozeiras locais têm enfrentado;
- Apontar possibilidades de manutenção da cultura do artesanato de cipó a partir dos resultados obtidos com o presente estudo.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho é de natureza original, pois, conforme Ruaro, “se trata de um estudo realizado pela primeira vez, ou seja, o enfoque, a delimitação do tema ainda não foi abordada sob o aspecto que está sendo apresentado” (2004, p. 24).

Além da pesquisa bibliográfica, também foi realizada pesquisa de campo, com entrevistas aos moradores locais da comunidade do Guaraguaçu. Segundo Marconi e Lakatos, pesquisa de campo é aquela:

Utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos de um problema, para o qual se procura resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (2008, p. 69).

No caso específico aqui abordado, a pesquisa de campo se faz imprescindível, pois os dados coletados são mais ricos e permitem maior precisão de informações, especialmente no que diz respeito a aspectos socioculturais do local. Além disso, possibilita ainda que o pesquisador vivencie algumas experiências junto à comunidade sobre a qual estuda, podendo assim conhecer mais profundamente a realidade dos fatos e compreender e apreender variáveis e condicionantes do objeto/sujeito de estudo não evidenciadas pela bibliografia.

Para a realização da pesquisa de campo foi utilizado um roteiro de entrevista, elaborado a partir de informações obtidas através da pesquisa bibliográfica e documental prévia. O referido roteiro foi utilizado como base para as entrevistas realizadas, contendo perguntas abertas que vieram a nortear o diálogo objetivado. Desse modo, foram entrevistados 3 moradores locais, pertencentes a 3 gerações de uma mesma família de cipozeiros locais. Nesta etapa foram realizados ainda registros fotográficos na comunidade, com o intuito de ilustrar parte das características naturais e culturais do local relacionados à comunidade e ao

artesanato de cipó. A partir do acúmulo de informações obtidas, através da pesquisa bibliográfica e documental somada aos resultados obtidos em campo, efetuou-se uma análise qualitativa da realidade sociocultural de modo a buscar cumprir os objetivos do presente estudo.

2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO GUARAGUAÇU – PONTAL DO PARANÁ

Localizada no município de Pontal do Paraná aos arredores da PR 407 e próxima ao Rio Guaraguaçu, a comunidade de mesmo nome sobreviveu por muito tempo da agricultura e do extrativismo, tendo o comércio sua principal fonte de renda. Após algum tempo teve de reduzir ao extremo suas atividades devido a uma série de limitações impostas por fatores diversos, como a aplicação da legislação ambiental, a criação da Estação Ecológica do Guaraguaçu (EEG) e a interferência de grandes grileiros. Desse modo, o artesanato com cipó, característica marcante e tradicional da comunidade em questão, sofre graves ameaças de sobrevivência no local. Nesse sentido, será apresentada a seguir uma breve caracterização física-ambiental, socioeconômica e histórico-cultural da comunidade do Guaraguaçu, de modo a elucidar o contexto em que se insere a problemática abordada pelo presente estudo.

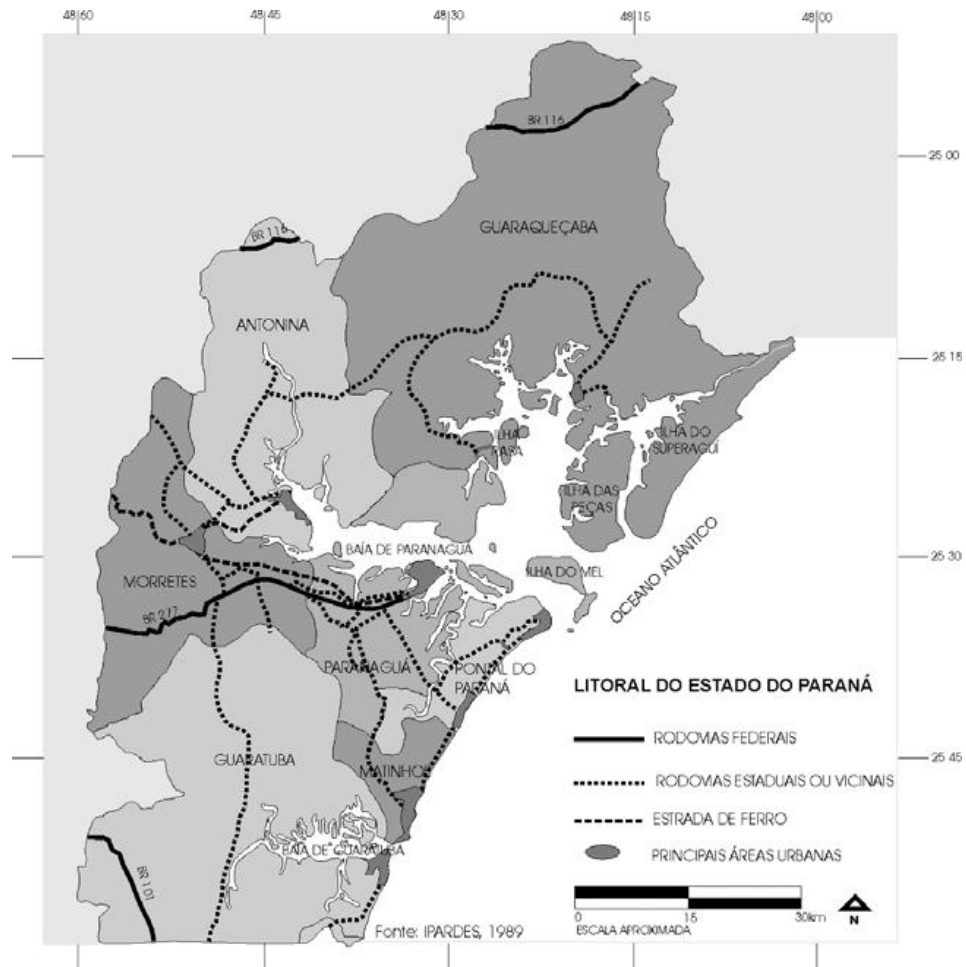


FIGURA 1 – MUNICÍPIOS E PRINCIPAIS ACESSOS DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ
 Fonte: Andriguetto Filho *et al.* (2006), apud IPARDES (1989).

2.1 CONTEXTO NATURAL

A Comunidade do Guaraguaçu está localizada entre os rios Guaraguaçu e Pequeno, apresenta topografia praticamente plana, com ocorrência de solos podzóis e de mangues. O desenvolvimento de diferentes formações de vegetação é favorecido pelo clima quente e úmido, característico da região (ECOSSISTEMAS PARANAENSES, SEMA, 2010).

Na margem esquerda do rio Guaraguaçu encontra-se a Estação Ecológica do Guaraguaçu (município de Paranaguá), uma Unidade de Conservação (UC)

Estadual, criada em 1992, que apenas a partir do início do ano 2000 começa a receber atenção administrativa com a ação do Pró-Atlântica¹ (SEMA/PR, 2003).

Na Estação Ecológica de Guaraguaçu podemos encontrar manguezais, caxetais e restinga, dentre outras importantes formações do bioma Mata Atlântica (ou, mais especificamente, da Floresta Ombrófila Densa caracterizada pela presença de macro e mesofanerófitos e abundância de lianas e de epífitas em um ambiente pluvial (VELOSO *et al.*, 1991).

Por seu enquadramento na Floresta Atlântica e ecossistemas da Planície Litorânea, a EEG encontra-se em uma região de importância ímpar para a fauna e flora brasileiras, pois abriga uma das maiores biodiversidades do globo terrestre. Tais características levaram a região a receber o título de Reserva da Biosfera pela UNESCO (LIMA *et al.*, 1998).

Devido a características próprias, a Floresta Atlântica favorece a existência de elevado número de espécies de fauna e flora endêmicas deste bioma, incluindo 40% dos mamíferos e 50% das aves nela encontrados. Registra-se para a Floresta Atlântica 171 das 202 espécies da fauna brasileira com status de ameaçadas de extinção (CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA/UEC, 1992).

¹ Programa implantado em 1997 para Proteção da Floresta Atlântica do Paraná, considerado um dos maiores Programas exclusivamente ambientais executado no Paraná com recursos externos e internos e da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), uma das mais importantes organizações não governamentais brasileiras que trabalha pela conservação da natureza (SEMA/PR, 2003).



FIGURA 2 – IMAGEM DE SATÉLITE DAS RODOVIAS DE ACESSO PR-407 E RIO GUARAGUAÇU
 Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/PR (2010).

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

O ofício da agricultura, o extrativismo vegetal e a caça foram, por muito tempo, a base da sobrevivência da comunidade do Guaraguaçu. A população local usava o que plantava e coletava para a alimentação, para o abrigo, para o comércio, para a locomoção, para o artesanato e para a fabricação de móveis e instrumentos.

Com a taquara se fazia o *cóvo*, o cercado e as arapucas, os quais amarravam com o cipó, também usado para o artesanato juntamente com a fibra. A fabricação de canoas era feita com tronco de árvores, que ficaram conhecidas como “canoa de um pau só” e a madeira que mais se usava era a do Guanandi (*Calophyllum brasiliense* Cambess), árvore dura e durável, de tronco retilíneo, típica da região. Para a pesca utilizavam árvores diferentes, maiores e mais resistentes como a Canela (*Ocotea pulchella*) ou o Guapiruvu consideradas melhores para a adaptação do motor de popa. O restante da árvore que sobrava era utilizada como

lenha para alimentar os fogões domésticos e na indústria artesanal de farinha enquanto a extração de palmito tinha por fim tanto a alimentação de subsistência quanto o comércio (LANGOWISKI, V. B., s/data).

Por muito tempo a comunidade do Guaraguaçu viveu praticamente isolada, fazendo uso basicamente dos recursos naturais para sobrevivência e comercialização com Paranaguá. Porém, a partir de 1926 com a construção Estrada do Mar, ligando o litoral e o restante do Paraná, foram surgindo várias outras vilas próximas à orla marítima, como Caiobá e Matinhos, Vila Balneária e Pontal. A partir daí a comunidade foi forçada a se deslocar e ficar mais próxima do rio e da estrada, pois com o maior fluxo de pessoas transitando pelas redondezas, teoricamente, o comércio também aumentaria (FERNANDES, 1947, p.23).

Passaram a montar bancas na beira da estrada para vender o que produziam, desde os alimentos extraídos na natureza, como o abacaxi, a banana, o palmito e a farinha até o artesanato que vinham comercializando com Paranaguá até a abertura da estrada.

Com o crescimento comercial favorável, vários outros caiçaras² foram aderindo à ideia e novos pontos comerciais foram sendo abertos, caracterizados como comércio de secos e molhados. Com isso muitos agricultores abandonaram a roça e passaram a se dedicar quase que integralmente ao comércio. Alguns deixaram de produzir alimentos como o milho e o feijão, por exemplo, para se dedicar ao plantio dos alimentos de maior saída, dando destaque ao abacaxi, produto bastante consumido pelos turistas durante o verão. Outro produto que ganhou destaque no comércio local com a vinda dos turistas para o litoral foi o palmito, abundante na região e bem aceito pelos consumidores.

Por algum tempo os comerciantes foram felizes em seu desempenho comercial, porém, isso acabou chamando atenção de outras pessoas como os grandes grileiros, que passaram a comprar as terras dos caiçaras e se estabelecer por ali e, assim, também explorar os recursos locais. Com isso os espaços para plantio e para extração acabaram limitados, sendo que a população local passou

² Termo utilizado para designar a população litorânea do Paraná, de São Paulo e do sul do Rio de Janeiro, descendente da miscigenação de antigos indígenas, escravos negros e portugueses que habitaram a região.

cada vez mais a explorar o palmito que ainda restava na região, levando os comerciantes a deixar de fazer o uso equilibrado dos recursos agroflorestais, o que, por sua vez, implicou em uma rápida superexploração da planta.

A situação já se encontrava difícil e limitada para eles e, a partir de 1980, com a intensificação da implantação de UCs no Brasil e, no caso específico do Guaraguaçu, com a criação da EEG, o pouco espaço que tinham ficou ainda mais restrito, pois passou a ocupar os espaços utilizados para as roças que restaram (GONÇALVES, 2007).

Com a criação de UCs, os órgãos ambientais atuantes na região passaram a realizar um intenso monitoramento e controle das atividades extrativistas realizadas pela comunidade a fim de minimizar seus impactos sobre meio ambiente. A derrubada de florestas para as roças passou a ser proibida, assim como a caça. A extração de recursos florestais também foi restringida, principalmente a extração do palmito, a única fonte de renda das famílias. A partir daí o caiçara se lançava ao extrativismo clandestino. Vários moradores responderam criminalmente por suas atividades clandestinas e se viram subitamente colocados no banco dos réus, mesmo sendo uma das vítimas (GONÇALVES, 2007)

Com essas proibições parte da cultura da comunidade foi perdida, como o fandango, o trançado do cipó para a confecção do artesanato e a produção de farinha, pois os moradores não tinham mais onde plantar e de onde extrair. Os fogões à lenha foram substituídos por gás, pois não tinham mais madeira para alimentar o fogo. Na pesca passaram a comprar canoas prontas de outras localidades onde o extrativismo ainda era realizado. A medicina tradicional foi reduzida dando lugar ao remédio industrializado e comprado e a transmissão dos saberes locais para os jovens caiu em desuso pela impossibilidade das práticas de manejo ambiental, decorrente da proibição de acesso aos espaços produtivos (GONÇALVES, 2007).

2.3 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

A expectativa de vida do brasileiro atingiu 74,08 anos (74 anos e 29 dias) em 2011, um aumento de 0,31 anos (3 meses e 22 dias) em comparação a 2010 e de 3,65 (três anos, sete meses e 24 dias) em relação a 2000 (IBGE, 2012). Pontal do Paraná se encontra dentro desta média nacional com expectativa de vida de 71,42 anos, com menos de três anos de diferença, superando cidades como Almirante Tamandaré que tem média de 66,10 anos, Matinhos com 71,00 anos e Paranaguá com 68,20 anos de expectativa de vida.

Com relação à renda per capita não ocorre o mesmo, pois Pontal do Paraná fica atrás dos dois municípios litorâneos citados e à frente de Almirante Tamandaré, que tem renda de R\$197,65 por pessoa (TABELA 1).

TABELA 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ (IDH-M) PARA O ANO DE 2000

INFORMAÇÃO	ÍNDICE	UNIDADE
Esperança de vida ao nascer	71,42	Anos
Taxa de alfabetização de adultos	92,90	%
Taxa bruta de frequência escolar	79,16	%
Renda per capita	259,09	reais
Longevidade (IDHM-L)	0,774	
Educação (IDHM-E)	0,883	
Renda (IDHM-R)	0,707	
IDH-M	0,788	
Classificação na unidade da federação	41	
Classificação nacional	849	

FONTE: tabela construída pela autora, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP.

3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE DO GUARAGUAÇU

Estação Ecológica é uma categoria de manejo de UCs que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, apenas. Após a criação da EEG, foi elaborado o plano de manejo, documento que serve para orientar a gestão da unidade e determinar as ações a serem realizadas a partir de um diagnóstico da área, o qual foi concluído em 2006 (SEMA, 2006).

No entanto, a criação da EEG e, conseqüentemente do plano de manejo não avaliou o contexto histórico-cultural da região e não levou em consideração a existência de uma comunidade que reside no local, a qual tem características e costumes de comunidade tradicional, apenas reconhecendo a existência de sítios arqueológicos de sambaquis³.

Os moradores do Guaraguaçu se autodenominam nativos ou caiçaras, preferindo o primeiro para indicar que a pessoa é nascida na própria comunidade.

Nativo é toda pessoa que nasce no local e caiçara é um termo cuja definição é dada pela autora Adams (2000, p. 103):

O termo “caiçara” ao vocabulário tupi-guarani *caá-içara*, que denominava as estacadas colocadas em torno das moradias, bem como os currais de galhos fincados na água para cercar peixes. A associação denota proteção, defesa; atribuindo à sociedade caiçara o sentido de uma sociedade que se protege.

E pelos autores Diegues e Arruda (2001, p. 69):

Entende-se por caiçaras aquelas comunidades formadas pela mescla étnico-cultural de indígenas, de colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos. Os caiçaras têm uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina.

³ No Plano de Manejo da EEG encontra-se definida a Zona Histórico Cultural, como sendo: aquela na qual são encontradas manifestações históricas, culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas e restauradas, servindo à pesquisa, à educação e ao uso científico. Esta Zona distribui-se por duas áreas na EEG que são destinadas à proteção dos sambaquis existentes na unidade (SEMA, 2006, pp. 6-7).

A não preferência pelo uso da expressão caiçara se deve ao fato de esta ser utilizada para denominar os demais moradores tradicionais do restante do litoral, principalmente aqueles que vivem da pesca e da agricultura e que moram mais próximos da orla marítima. Enquanto uma das características do caiçara litorâneo é estabelecer sítios sempre a mais de um quilômetro da costa e neles plantar sua lavoura, tendo a pesca como sua principal fonte de alimentos e assim desenvolver a maior diversidade de instrumentos e técnicas, restando à lavoura, à caça e ao extrativismo vegetal papéis coadjuvantes da economia pesqueira. As características do caiçara do Guaraguaçu são o cultivo das “roças” de plantas secularmente cultivadas pelos indígenas que habitavam a região, como a mandioca, o cará, o aipim, a batata-doce e, em menor quantidade, o feijão, o arroz, a cana e o milho. Também havendo as roças estendidas, assim chamadas por serem de plantas rasteiras como a abóbora e a melancia (LANGOWISKI, s/ano, p. 4), bem como o abacaxi além de cultivar a banana para comercialização.

Segundo José Luiz dos Santos (2006), cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduzem os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro.

Assim, a cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades ou grupos humanos. Cultura é uma dimensão do processo social da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como, por exemplo, se poderia dizer da arte, não é apenas uma parte da vida social, como, por exemplo, se poderia falar da religião. Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social, ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas (SANTOS J. L, 2006). Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana e isto está garantido pela Constituição Federal de 1988, no artigo 215 onde menciona que

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Amparado pelo complemento dos parágrafos 1, 2 e 3 e suas emendas:

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005).

Enquanto isso, o artigo 216 assegura o direito aos bens culturais como patrimônio:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nos parágrafos acima se encontra delimitado quem deve e como deve cuidar destes patrimônios, determinando que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação e fazer leis, documentar e tomar as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Teoricamente, estas leis estabeleceriam incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais e os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos por elas.

A Constituição Federal também garante o direito ao meio ambiente, tema abordado nesta pesquisa, assegurando através do Artigo 225, segundo o qual:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No parágrafo primeiro, o poder público fica incumbido de assegurar e efetivar este direito tendo como obrigação preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético, definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. A alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Quanto ao uso dos recursos naturais

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Referindo ao nosso ecossistema, a Mata Atlântica onde se encontra a comunidade do Guaraguaçu a Constituição prevê que:

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2002, p. 13), a unidade de conservação é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Este mesmo Sistema divide as unidades de conservação de Proteção Integral em 5 categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. A primeira citada é a Estação Ecológica, que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas e os parágrafos primeiro, segundo e terceiro determinam que:

§ 1o A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3o A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (SNUC, 2002).

Quanto às alterações no ecossistema, o SNUC posiciona-se no parágrafo quarto:

§ 4o Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

- I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;
- II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;
- III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;
- IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares (SNUC, 2002).

A busca incessante pelo desenvolvimento sustentável leva as pessoas a correr cada vez mais pelos direitos ambientais que envolvem sua cultura. É desta forma que se posicionam os moradores da comunidade do Guaraguaçu, valorizando a sustentabilidade para que assim possam garantir o futuro das gerações.

Desenvolvimento sustentável engloba basicamente 3 dimensões: o meio ambiente, a sociedade e a economia. Ambos têm que caminhar juntos, pois de nada adianta a valorização da cultura social se isso vai prejudicar o meio em que vivem ou que vá acarretar prejuízo financeiro para as pessoas. Do mesmo modo, de nada vale preservar o meio ambiente se a cultura local não for preservada, que é o que temem os moradores do Guaraguaçu, que relatam que depois da criação da UC nada foi feito pela comunidade para incentivar ou manter os costumes locais.

4 PROBLEMÁTICAS SOCIOCULTURIAS ENFRENTADAS PELAS CIPOZEIRAS DO GUARAGUAÇU

Para justificar a iniciativa de fazer este estudo, será relatado nos parágrafos seguintes o resultado da pesquisa feita na comunidade buscando entender a situação desta em relação à questão cultural atual. Em conversa com três gerações da comunidade do Guaraguaçu, foi possível identificar alguns elementos que sinalizam para a compreensão da situação atual enfrentada pelos moradores locais. Para tanto, foram realizadas 3 visitas à comunidade e entrevistou-se 3 moradores, de uma mesma família: a vó, com 91 anos; a mãe, com 62 anos; e o neto, com 38 anos.

A vó, nascida na comunidade, conta que foram muitos os sofrimentos que os moradores da comunidade passaram quando foi criada a EEG, ela não sabe e até hoje não entende por que foram proibidos de tirar da mata o sustento da família. Com seu jeito simples, mas com muita propriedade, relata:

nós fazia cesto, balaio, para colocar mandioca, rede, varal, covo para pegar peixe, fazia bêta (corda para puxar barco) e vendia em Paranaguá. Tinha muito cipó e quando ia butar roça tinha as manjales de cipó e as pessoas aproveitavam.

(vó, 91 anos)

A mãe, também nascida ali, demonstra entender a necessidade da criação da UC, mas não se conforma de ter sido proibida de cortar o cipó e,

consequentemente, de manter a cultura do artesanato de cipó. Isso fica explícito em suas palavras:

Eu aprendi a fazer o artesanato olhando as outras mulheres fazer, a estrada da praia era de chão, aí colocava um cesto na beira da estrada e vendia.(histórico-cultural, socioeconômico) Quando foi proibido nós entramos em desespero, aí começamos a ir nas colônias pegar as coisas para vender na estrada, pegava banana, mel, farinha e muitas coisas para vender na banca. Eu achei justo que cuidassem, pois vinha gente de fora e levava caminhão de cipó, mas que olhassem para os nativos que só cortavam para o artesanato.

(mãe 62 anos)

O neto, aluno da UFPR Litoral do curso de Gestão do Turismo, diz:

(...) gostava de ir tirar o cipó com o pai e lembro que ele falava que nós não podia dizer que ia tirar cipó e nós assoviava que era para o cipó cair, quando voltava do mato ajudava minha mãe tirando a casca do cipó. Aprendi a fazer artesanato vendo minha mãe fazer.

(neto, 38 anos)

A mãe é uma pessoa que demonstra grande orgulho de sua cultura e uma vontade imensa de fazer um resgate dela, assegurando assim que a tradição será mantida pelas próximas gerações. Ela deixa claro em sua fala que os moradores sabem extrair o cipó de forma sustentável, contribuindo para a manutenção da produção do cipó na região conforme relata:

Eu acho errado assim, na época que eles vinham pesquisar eles não viam na prática como agente fazia, que nós sabia como tirar só o cipó maduro e deixava o verde para dali a 6 meses estava maduro. Eu lembro que quando proibiram nós, eu vi meu pai chorar por não poder trabalhar com a proibição de fazer roça para plantar, muitos foram embora venderam suas terras por quase nada e hoje vivem por aí, sabe Deus como.

(mãe, 62 anos)

A falta de projetos voltados à capacitação e orientação da comunidade para geração de trabalho e renda para os moradores locais, que residem no entorno da estação ecológica fica claro na fala da mãe:

(...) eles proibiram, mas não vieram aqui ensinar nós como fazer para viver dali para frente, eu vi muito sofrimento.

(mãe, 62 anos)

Com isso, alguns moradores carregam a mágoa deixada pelo sofrimento durante o período de criação da Estação Ecológica, conforme diz o neto:

O que me revolta é que eles não interagiram com a comunidade, não buscaram meios de mostrar para nós como viver no entorno de uma estação ecológica. Foi muito sofrimento, pois não era só do cipó que a gente vivia, foi proibido tudo além do cipó, as roças, o palmito, a caça, a custo de muito sofrimento hoje nós já conseguimos encontrar meios de ganhar nosso sustento, mas precisamos de autorização para poder cortar o cipó para ensinar os mais novos trançar o cipó e manter viva nossa cultura e com isso desenvolver o ecoturismo.

(neto, 38 anos)

O Ecoturismo, mencionado pelo neto, trata-se de um ramo da atividade turística baseado no contato com a natureza, oferecendo atividades relacionadas à conscientização e à conservação ambiental. O termo foi introduzido no Brasil no final dos anos 1980, seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente. O ecoturismo está diretamente ligado ao turismo sustentável, que atende às necessidades dos turistas sem prejudicar as regiões receptoras (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012).

A mãe demonstra seu interesse de ver o artesanato de cipó ser ensinado e passado para as próximas gerações. Foi possível perceber o quanto a mesma sente em vender na sua banca o artesanato vindo de Garuva- SC e questiona o fato das cipozeiras de lá poderem cortar o cipó, conforme relata:

Agora tem bastante cipó, as vezes a gente pensa reunir as pessoas para ensinar a fazer o artesanato para não deixar morrer a nossa cultura, mas tem medo de ter problema, fizemos um papel e assinamos e levei para o rapaz da Emater, pra ver se ele consegue uma autorização pra nós poder cortar o cipó e ensinar nossa família, assim eu fico tranquila que nossa cultura vai se manter aqui no Guaraguaçu, eu sei do sofrimento que nós já passamos e agora muitos já até morreram, outros se arranjaram de algum jeito, mas queremos ter pra quando nós receber turista nós poder mostrar um pouco do nosso passado. Hoje na minha banca tem artesanato de cipó que vem de Garuva - SC, mas eu queria poder dizer que foi nós que fizemos. Não entendo, lá eles podem cortar o cipó e aqui nós não podemos.

(mãe, 62 anos)

Os moradores que conseguiram permanecer na comunidade encontraram outros meios de sobreviver, mas deixam claro que gostariam de ter a cultura do artesanato de cipó resgatada por uma questão de preservação dos costumes, como

também para fortalecer a prática do ecoturismo que vem sendo trabalhado através da Prefeitura do Município, Emater, Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e outras entidades afins, inclusive alguns jovens moradores ingressaram no curso de Gestão do Turismo na UFPR Litoral, como é o caso do neto entrevistado nesta pesquisa:

(...) eu hoje como estudante de turismo vejo no artesanato que é a representação cultural de um povo, um grande atrativo no ecoturismo, o segmento de turismo que estamos trabalhando aqui, é necessário que seja feito um trabalho para que as famílias nativas recebam uma autorização para trabalhar com o cipó e manter esta tradição e assegurar este atrativo turístico, que hoje não podemos apresentar como nosso.

(neto, 38 anos)

Diante dessa situação, é possível perceber que a comunidade foi vítima de uma ação equivocada, a qual gerou vários conflitos, que por sua vez implicaram em prejuízos culturais. Estes moradores vivem ali desde que nasceram e não foram reconhecidos como comunidade tradicional, nem sequer foram orientados, conforme relatam. Passaram a serem vistos como criminosos simplesmente por fazerem aquilo que era tido como normal até então, como é o caso das cipozeiras cortarem o cipó para fazer o artesanato e objetos de uso doméstico.

Esta falta de orientação gerou certa revolta entre os moradores, pois se sentem abandonados e esquecidos por parte dos órgãos ambientais que nada fizeram para manter a cultura.

Conforme mencionado nos primeiros parágrafos, o tão sonhado desenvolvimento sustentável não vem acontecendo, pois segundo os moradores, a estação ecológica se encontra dentro de propriedades particulares e estes nada se importam com a cultura local, uma vez que se alojaram ali apenas em busca do retorno econômico.

A comunidade almeja que em breve algo seja feito para por em prática a sustentabilidade, para que possam retornar a fazer seu artesanato e gerar sua renda, porém, sem deixar de cuidar do meio ambiente, tendo em vista que enquanto nativos, sabem fazer bem este ofício, retirando a matéria prima de forma racional sem causar danos a natureza ou a outras pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a situação das cipozeiras e cipozeiros do Guaraguaçu foi um grande aprendizado, onde em determinados momentos tive que conter os sentimentos e focar na razão, pois me deparei com pessoas simples, mas com um desejo de assegurar para as próximas gerações seus costumes e sua cultura, da mesma maneira que ocorre nas demais comunidades tradicionais, denominadas assim por serem culturalmente diferenciadas e que se reconhecem como tais. As características marcantes das comunidades tradicionais são as formas próprias de organização social, como ocupam e usam territórios tradicionais, além do uso de recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2010).

Concluo esta pesquisa constatando que a própria comunidade aponta alternativa de resolver de forma satisfatória a problemática da situação das cipozeiras e cipozeiros que por conta própria, elaboraram um documento e buscaram a ajuda de uma das entidades que desenvolvem atividades junto à comunidade.

Seria interessante repensar a visão de Ecoturismo no entrono da comunidade, tendo em vista que no Brasil existe uma diferença relevante em relação a outros países que comercializam e investem neste segmento. Enquanto em nossa nação o Ecoturismo compreende mais na realização de atividades como caminhada, mergulho, trilhas e safáris fotográficos, a proteção e a conservação dos recursos naturais e ainda o estímulo à educação ambiental, em outros países dão prioridade a tirolesa, cavalgada, flutuação, boia-cross, observação de aves, observação de fauna e flora, cicloturismo, espeleologia, estudos do meio ambiente, trekking, parapente, asa delta, balonismo, rafting, turismo geológico entre outras modalidades (EMBRATUR, 2012).

Outra alternativa, a qual sugiro, é começar um estudo para analisar a possibilidade de mudança de categoria da Unidade de Conservação, que hoje é uma Estação Ecológica, para Reserva Extrativista, uma vez que, conforme o SNUC, a Reserva Extrativista permite que a comunidade colete o cipó e mantenha a cultura do artesanato. Desta forma, a comunidade poderá trabalhar mais e até diversificar a

forma do turismo, incrementando ao Ecoturismo o turismo cultural, gastronômico, náutico, rural entre outros propícios para a região.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem**. Revista de Antropologia. pp. 146-182. USP: São Paulo, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CONSELHO Nacional da reserva da Biosfera da Mata Atlântica, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo, v. 18, p. 21-29, 2002.

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP. p-xxx. 2001.

FERNANDES, J. L. **Contribuição à geografia da Praia de Leste**. In: Arquivos do Museu Paranaense. Vol. VI. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná: Curitiba, 1947.

GONÇALVES, Marcelo de Abreu. **Comunidade do Guaraguaçu – História e Costumes**: uma contribuição á memória e a identidade caiçara do Paraná. Trabalho de Graduação (Licenciatura em História) – Setor de Ciências Humanas. FAFIPAR: Paranaguá, 2007.

IPARDES, **Caderno estatístico do município de Pontal do Paraná**. IPARDES: Curitiba, 2012.

LANGOWISKI, V. B. **Contribuição para o estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá**. UFPR, s/data.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7.ed. Atlas: São Paulo, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Série Ecossistemas Paranaenses**, 2010. Disponível em: <http://www.sema.pr.gov.br/arquivos/File/cobf/V3_Mata_Atlantica.pdf>, acesso em 28/11/12.

PIERRI, Naína; ÂNGULO, Rodolfo José; SOUZA, Maria Cristina de; KIM, Milena K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR: Curitiba, 2006.

SEMA/PR. **Plano de Manejo da Estação Ecológica do Guaraguaçu**. Curitiba, 2006.

RUARO, Dirceu A. **Manual de Apresentação de Produção Acadêmica**. Faculdade Mater Dei: Pato Branco, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 – MÃEZEIRA (ÁRVORE ONDE NASCE CIPÓ)



Fonte: fotografia tirada pela autora, na comunidade de Guaraguaçu, 2012.

ANEXO 2 – MÃEZEIRA (ÁRVORE ONDE NASCE O CIPÓ)



Fonte: fotografia tirada pela autora, na comunidade de Guaraguaçu, 2012.

ANEXO 3 – MULHER ENSINANDO A FAZER O ARTESANATO DE CIPÓ



Fonte: fotografia tirada pela autora, na comunidade de Guaraguaçu, 2012.

ANEXO 4 – O COMEÇO DO CESTO



Fonte: fotografia tirada pela autora, na comunidade de Guaraguaçu, 2012.

ANEXO 5 – ESPELHO CONTORNADO COM CIPÓ



Fonte: fotografia tirada pela autora, na comunidade de Guaraguaçu, 2012.

ANEXO 6 – PEÇA UTILIZADA PARA DESCASCAR O CIPÓ



Fonte: fotografia tirada pela autora, na comunidade de Guaraguaçu, 2012

ANEXO 7 – CESTOS FEITOS DE CIPÓ



Fonte: fotografia tirada pela autora, na comunidade de Guaraguaçu, 2012.

Anexo 8 - Roteiro de pesquisa

NOME.....

IDADE.....

MORA NO GUARAGUAÇU DESDE QUE ANO

COMO ERA O LOCAL ANTIGAMENTE.....

.....

.....

O QUE TINHA NA COMUNIDADE QUE NÃO TEM MAIS E O QUE TEM QUE NÃO TINHA.....

.....

POR QUE DEIXOU DE TER.....

.....

QUE COSTUMES AINDA MANTÊM VIVOS.....

.....

.....

OUTRAS INFORMAÇÕES

.....

.....

.....

.....